

# PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

## IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2024/4469</b>	<b>11055/2024</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DCT - DC [APOIOS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

## FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

O **Orfeão de Merelim – Associação Musical e de Cultura**, devidamente inscrito no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 357/2019, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;



- Tal como predisposto no Despacho n.º 8132/2024 publicado no Diário da República a 22 de julho de 2024, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024, sob proposta da Câmara Municipal de 29 de abril de 2024, que procede à alteração e republicação n.º 4626/2022, de 20.04, e alterado pelo Despachos n.º 12033/2022, de 13.10, e n.º 8834/2023, de 30.08;

- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 8132/2024, de 22/07 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade

das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;

- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º

b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;

c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;

d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.

- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.

- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;

- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;



- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 357/2019, com os respetivos dados devidamente atualizados;

b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada 2024-E-RE-3416, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de uma atividade constante do seu plano relativo ao ano de 2024, nomeadamente do projeto específico “Prata da Casa” acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;

c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”

d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e /ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a entidade, conforme o estatuído nos seus estatutos, tem como objetivo principal e concreto, a apresentação de peças corais, bem como estar vocacionada para atividades de intercâmbio com outros coros, no sentido de divulgar o trabalho coral e efetuar uma aprendizagem de novos estilos musicais, novas formas de direção e apresentar, participar ou promover eventos de solidariedade social. O seu projeto



cultural concretiza-se num conjunto de apresentações públicas e no desenho de iniciativas específicas, conducentes à promoção e divulgação da música coral, contribuindo para o incremento da oferta e fruição nesta área musical específica, e concomitantemente estimulando o interesse e o desenvolvimento de novos públicos. A iniciativa específica “Prata da Casa” é realizada em parceria com a União de Freguesias de Merelim (S. Paio), Panoias e Parada de Tibães, e os dois coros pertencentes à associação, nomeadamente, o Orfeão de Merelim e as Vozes do Cávado, para a apresentação de três espetáculos músico-literários em cada uma das freguesias que compõem a união. Este projeto artístico permite a criação de um programa cultural extensível às três freguesias e em rede, efetivando a descentralização cultural no concelho e acesso a novas ofertas culturais em zonas periféricas. Esta iniciativa permite ainda a valorização da criação artística e a produção cultural local, bem como a promoção da interseção dos artistas com a comunidade local, tendo como corolário o seu contributo para criação de novas dinâmicas culturais nas freguesias e no território bracarense.

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Propõe-se a apreciação e a aprovação pelo Executivo Municipal a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **2.715,00 euros** com o Orfeão de Merelim – Associação Musical e de Cultura, pessoa coletiva n.º 513 359 575, com sede na Rua da Escola, n.º 2, 4700-865 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## **CONTRATO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL**

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante, e

**Orfeão de Merelim – Associação Musical e de Cultura**, pessoa coletiva n.º 513 359 575, com sede na Rua da Escola, n.º 2, 4700-865 Braga, neste ato representado por Pedro Nuno Oliveira Peixoto, na qualidade de presidente da direção, adiante designado como Segundo Outorgante.

É celebrado o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA 1.<sup>a</sup>** **Objeto do Contrato**

Constitui objeto do presente contrato a atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento do plano de atividades do Segundo Outorgante, a realizar no Município de Braga, nos termos da candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente contrato.

### **CLÁUSULA 2.<sup>a1</sup>** **Apoio Financeiro**

1. O Segundo Outorgante apresentou um plano de atividades anual que engloba um investimento total de 4.515,00€.
2. Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante, um apoio financeiro, no montante total de 2.715,00 (dois mil setecentos e quinze) euros, apoio esse que será pago em três prestações:
  - a) **Uma prestação inicial que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído;**
  - b) **Uma segunda prestação que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a entrega de um relatório parcial de execução física e financeira das atividades programadas até à data, e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura;**
  - c) **Uma terceira prestação que corresponderá a 20% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a apresentação de um relatório final de execução física e financeira das atividades e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura.**
3. O apoio financeiro destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no pedido/orçamento apresentado pelo Segundo Outorgante, e ora anexo.

### **CLÁUSULA 3.<sup>a</sup>** **Indicadores do Projeto**

No âmbito das atividades objeto do presente contrato são definidos os seguintes indicadores: realização, pelo Segundo Outorgante, de projetos e iniciativas associadas, ao seu projeto cultural ao nível da promoção, divulgação e desenvolvimento de novos públicos no domínio da música coral. Realização do projeto e iniciativa específica, associada ao plano anual de atividades, nomeadamente, do projeto “Prata da Casa” garantindo a sua programação, produção e organização. A realização das iniciativas será concertada com o Primeiro Outorgante.

<sup>1</sup> Aplicável só no caso de apoio financeiro



**CLÁUSULA 4.<sup>a</sup>**  
**Obrigações do Segundo Outorgante**

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato;
- b) **Apresentar os relatórios (parcial e final) com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos comprovativos da execução física e financeira, relatórios esses que são condição indispensável para efetuar os pagamentos pelo Primeiro Outorgante;**
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato;
- e) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- f) Publicitar a atividade objeto do presente contrato fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa, "Com o apoio do Município de Braga", e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato, nomeadamente: requisitos técnicos e logísticos inerentes à realização das atividades contratualizadas;
- h) Garantir a realização dos projetos e iniciativas associadas ao seu projeto cultural ao nível da promoção, divulgação e desenvolvimento de novos públicos no domínio da música coral;
- i) Garantir a realização do projeto e iniciativa específica, associada ao seu plano anual de atividades, nomeadamente, do projeto "Prata da Casa", garantindo a sua programação, produção e organização.

**CLÁUSULA 5.<sup>a2</sup>**  
**Auditoria**

A atividade apoiada nos termos do presente contrato pode ser submetida a auditoria pelo Município de Braga, devendo o Segundo Outorgante disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

**CLÁUSULA 6.<sup>a</sup>**  
**Revisão do Contrato**

O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização do Município de Braga.

**CLÁUSULA 7.<sup>a</sup>**  
**Incumprimento, Rescisão e Sanções**

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos<sup>3</sup> e poderão implicar, ainda, a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Aplicável no caso do apoio económico ter valor igual ou superior a 1/3 do valor fixado anualmente para efeitos de visto prévio do Tribunal de Contas.

<sup>3</sup> Aplicável no caso de apoio financeiro

<sup>4</sup> Aplicável no caso de apoio não financeiro



**CLÁUSULA 8.<sup>a</sup>**  
**Vigência do Contrato**

O presente contrato inicia-se com a sua celebração e vigora até ao final do ano de 2024.

**CLÁUSULA 9.<sup>a</sup>**  
**Cabimento e Compromisso**

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 05 040701 – GOP 2017/25 –Acc 3 – Apoio a diversas entidades no âmbito cultural, do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento n.º seq.92445 de 03/12/2024 e informação de compromisso n.º seq.118966 de 03/12/2024.

**CLÁUSULA 10.<sup>a</sup>**  
**Gestão do Contrato**

É designado como Gestor do Contrato, o Diretor, a exercer funções no Departamento de Cultura e Turismo, Porfírio Correia.

**CLÁUSULA 11.<sup>a</sup>**  
**Disposições Finais**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato aplica-se subsidiariamente, as disposições do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Braga e legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

\_\_\_\_\_  
Braga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024

\_\_\_\_\_

Código Validação: 7NH9LWK79Y39S24LA6R47FX9X  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 7 / 7



Folha 3 de 3